

PROVAS DISCURSIVAS P_3 (questões) e P_4 (parecer)

- Nestas provas, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DAS PROVAS DISCURSIVAS P_3 E P_4** , nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito na(s) **folha(s) de texto definitivo** correspondente(s).
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar o texto do seu parecer, utilize apenas o nome **Analista de Controle**. Ao texto que contenha qualquer outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Em cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **5,00 pontos**, dos quais até **0,25 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado). No parecer, esses valores corresponderão a **20,00 pontos** e **1,00 ponto**, respectivamente.

QUESTÃO 1

Tendo em vista que, de acordo com a deliberação CVM n.º 675/2011, a seleção do conceito de capital determina o modelo contábil a ser utilizado na elaboração das demonstrações contábeis, redija um texto dissertativo que responda aos seguintes questionamentos.

- 1 Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital físico para determinar seu modelo contábil? [valor: 2,35 pontos]
- 2 Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital financeiro para determinar seu modelo contábil? [valor: 2,40 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 2

Uma empresa industrial decidiu adotar no próximo ano as seguintes medidas para melhorar a gestão de custos e a lucratividade dos três tipos de produtos que atualmente fabrica.

- I Os empregados da empresa, que recebem salários com base no valor do salário mínimo, passarão a ser remunerados exclusivamente em função da quantidade de peças produzidas.
- II Uma vez que a empresa não sabe exatamente quanto tempo tal supervisor dedica a cada tipo de produto, em vez de um único supervisor responsável pelo gerenciamento de toda a produção, será designado um supervisor exclusivo para a gestão de cada tipo de produto fabricado pela empresa.

Com referência às medidas descritas na situação hipotética acima, descreva as formas de classificação de custos que serão afetadas com a implantação das medidas I e II e apresente os conceitos das categorias que compõem as referidas formas de classificação. [valor: 4,75 pontos: 2,38 e 2,37 pontos para as medidas I e II, respectivamente]

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 3

A prefeitura de determinado município solicitou ao respectivo tribunal de contas estadual (TCE) orientação sobre como proceder caso o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a despesa com pessoal no Poder Executivo municipal seja alcançado. Mais especificamente, o gestor municipal quer saber se é possível:

- a) prover cargos de professor municipal com candidatos aprovados no último concurso público, cuja homologação é iminente;
- b) conceder reajuste a duas categorias de servidores municipais, com as quais a negociação está próxima de ser concluída.

Com referência à situação hipotética acima, faça o que se pede no tópico 1 a seguir e responda, justificadamente, aos questionamentos apresentados nos tópicos 2 e 3.

- 1 Discorra sobre o limite prudencial previsto na LRF para a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal, explicando seu objetivo e indicando a porcentagem de receita corrente líquida do município que corresponde a esse limite. [valor: 2,25 pontos]
- 2 É permitido o provimento dos cargos de professor municipal, uma vez alcançado o limite prudencial? [valor: 1,25 ponto]
- 3 É cabível conceder reajuste salarial a servidores depois de alcançado o limite prudencial? [valor: 1,25 ponto]

RASCUNHO – QUESTÃO 3

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 4

Com fundamento no entendimento do STJ e na doutrina especializada, discorra sobre o princípio da continuidade do serviço público. Em seu texto, faça o que se pede a seguir.

- 1 Conceitue o referido princípio. [valor: 1,50 ponto]
- 2 À luz do princípio em apreço, comente sobre a possibilidade de suspensão do fornecimento do serviço público na hipótese de inadimplência. [valor: 1,25 ponto]
- 3 Comente sobre a possibilidade ou não de suspensão do serviço, a exemplo do fornecimento de energia elétrica, quando o usuário inadimplente é o poder público. [valor: 2,00 pontos]

RASCUNHO – QUESTÃO 4

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

PARECER

Controles internos e tribunais de contas de diversos entes federativos têm destinado atenção aos restos a pagar, dada a sua utilização para gerenciar o caixa dos governos, o que, conseqüentemente, resultou em uma drástica evolução dos estoques de restos a pagar, desde meados de 2001. Com essa evolução, o resultado primário tem sido afetado, devido às diversas formas utilizadas para realizar seu cálculo.

Além disso, em exercícios seguintes à inscrição dos restos a pagar, os entes federativos têm utilizado o cancelamento de restos a pagar para auferir liberação de orçamento e efetuar novos gastos. Isso tem afetado os gastos mínimos em ações de educação, saúde e segurança, uma vez que, em determinado período, com a inscrição em restos a pagar, cumpre-se o mínimo em determinadas ações e, em períodos seguintes, com seu cancelamento, os gastos mínimos não são efetivamente atingidos.

Um exemplo disso são os gastos com educação: os estados têm de cumprir um mínimo de gastos nesse segmento; assim, empenham despesas (liquidam em restos a pagar) a serem pagas em períodos futuros, com suficiência financeira; nos períodos futuros, entretanto, eles cancelam determinados restos a pagar e liberam orçamento.

Tendo as informações do texto acima como referência inicial, considere os seguintes fatos hipotéticos, ocorridos na administração pública de determinado estado da Federação.

- I Um gestor determinou, em dezembro de 2015, a inscrição, em restos a pagar, da quantia de R\$ 1.500.000, tendo restado em caixa o saldo de R\$ 1.250.000. Desse saldo, a quantia de R\$ 250.000 está destinada ao pagamento de benefícios previdenciários.
- II Adicionalmente, esse gestor cancelou da conta restos a pagar a quantia de R\$ 500.000, referente a 2014, prevista para gastos em ações e serviços públicos em saúde.

Considerando as informações apresentadas, elabore um parecer fundamentado, sempre que necessário, na Lei de Responsabilidade Fiscal e no **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** (6.^a ed.) a respeito das ações realizadas pelo referido gestor. Em seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 limites para a inscrição em restos a pagar; [valor: 6,50 pontos]
 - 2 depósito das disponibilidades de caixa dos benefícios previdenciários; [valor: 6,50 pontos]
 - 3 aplicação do valor cancelado da conta restos a pagar. [valor: 6,00 pontos]
-

RASCUNHO – PARECER – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PARECER – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	